

**ESTUDO SOBRE OS FATORES QUE INFLUENCIAM A FORMAÇÃO DOS  
PREÇOS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS*****STUDY ON THE FACTORS THAT INFLUENCE THE FORMATION OF PRICES OF  
GOODS AND SERVICES***

Allan Cardoso da Cruz - allan.cruz@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia Baixada Santista (Fatec) – Santos – SP – Brasil

Jamir Mendes Monteiro - jamir.monteiro@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia Baixada Santista (Fatec) – Santos – SP – Brasil

DOI: 10.31510/inf.v20i1.1684

Data de submissão: 20/03/2023

Data do aceite: 29/05/2023

Data da publicação: 30/06/2023

**RESUMO**

A formação de preços de mercadorias e serviços é uma temática relevante para compreender as mudanças econômicas do mercado, já que diversos fatores influenciam diretamente na alteração do valor aquisitivo de bens materiais e itens de consumo. Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo analisar e discutir os principais fatores que influenciam a formação de preços em uma economia, por meio de uma abordagem bibliográfica e exploratória. A partir da revisão da literatura, foram identificados fatores como a alta do dólar, sazonalidade, exclusividade, demanda e ações regulatórias do mercado como os principais indicadores da formação de preços de mercadorias e serviços na economia. Portanto, a compreensão desses fatores torna-se essencial para a tomada de decisões de gestores e investidores, bem como para a análise crítica das políticas governamentais relacionadas ao mercado.

**Palavras-chave:** Regulação Econômica. Inflação. Demanda e oferta. Sazonalidade.

**ABSTRACT**

The formation of prices of goods and services is a relevant theme for understanding the economic changes in the market, as several factors directly influence the alteration of the purchasing value of material goods and consumer items. In this sense, this article aims to analyze and discuss the main factors that influence price formation in an economy, through a bibliographic and exploratory approach. From the literature review, factors such as the high dollar, seasonality, exclusivity, demand, and regulatory actions in the market were identified as the main indicators of the formation of prices of goods and services in the economy. Therefore, understanding these factors becomes essential for decision-making by managers and investors, as well as for critical analysis of government policies related to the market.

**Keywords:** Economic Regulation. Inflation. Supply and demand. Seasonality.

## 1 INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que a valorização das mercadorias é um aspecto fundamental para atender às demandas econômicas da sociedade e dos indivíduos, sendo amplamente considerada pelos consumidores durante o processo de compra, dado que, conforme aponta Bauman (2008), os indivíduos tendem a apresentar um comportamento consumista e exigente, buscando frequentemente adquirir bens e serviços para satisfazer seus desejos e necessidades.

Nesse sentido, destaca-se a temática da formação de preços de mercadorias e serviços, sendo um tema complexo e multifacetado, o qual envolve diversos fatores interdependentes. A oferta e a demanda, por exemplo, são dois principais fatores determinantes na formação do preço de um bem ou serviço, conforme citados na literatura. Seguindo essa lógica, quando a oferta é maior do que a demanda, os preços tendem a cair, enquanto que, quando a demanda é maior do que a oferta, os preços tendem a subir. Contudo, existem outros fatores que também afetam a formação dos preços, como a concorrência, a elasticidade da demanda, os custos de produção e os fatores externos, como a política fiscal e monetária, as mudanças climáticas e os conflitos internacionais (SAMUELSON; NORDHAUS, 2012).

Em contraponto ao consumismo, a alta do preço das mercadorias é um tema que tem preocupado muitos consumidores nos últimos tempos. No ano de 2020, por exemplo, com o início da pandemia em virtude da disseminação do vírus do *Covid-19*, o preço de diversas categorias de produtos vieram a aumentar significativamente em diversos setores da economia, como o de alimentos, combustíveis, materiais de construção e até mesmo em produtos básicos, como itens de higiene e limpeza. A título de exemplo, segundo a CNN Brasil (2021), com base nos dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o índice de preços dos alimentos aumentou em 28,1% em 2021 em relação ao ano anterior, incluindo itens como azeites vegetais, cereais, carnes e açúcar.

Em complemento, de acordo com Knoth (2021), com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA), os valores dos produtos eletroeletrônicos aumentaram acumuladamente em 8,68%. Outrossim, pode-se dizer que inúmeros fatores econômicos contribuem para que mudanças e aumentos repentinos nos valores das mercadorias e serviços aconteçam, causando, por conseguinte, a oscilação dos preços dos alimentos, cestas básicas, gás, combustível, entre outros produtos.

Desse modo, torna-se imprescindível o desenvolvimento do presente artigo, uma vez que a análise das oscilações dos preços das mercadorias é fundamental para o avanço de áreas do conhecimento como a economia, a administração e a sociologia, buscando compreender fatores que de fato impactam economicamente na formação dos preços dos bens e serviços comercializados em uma economia global e diversificada.

Frente ao exposto, esse estudo tem como objetivo analisar os principais fatores que influenciam a formação dos preços de mercadorias e serviços, com base em uma pesquisa bibliográfica de autores especializados na área. Para isso, serão apresentados os conceitos-chave relacionados ao tema. Espera-se, desse modo, contribuir para um melhor entendimento sobre o tema e subsidiar a tomada de decisões por parte de gestores e investidores.

A partir dessa introdução, o artigo divide-se em sete capítulos, sendo a apresentação do referencial teórico, contemplando o conceito de regulação de mercado, inflação, influências do dólar na economia brasileira e o fator demanda e oferta. Após, demonstra-se as metodologias utilizadas no desenvolvimento desse trabalho, seguida da apresentação dos resultados obtidos a partir das leituras realizadas. Por fim, conclui-se com a apresentação das considerações finais, a qual busca resumir e destacar os pontos mais importantes desenvolvidos no trabalho, bem como evidenciar sugestões futuras de pesquisas.

## **2 REGULAÇÃO DE MERCADO**

A regulação de mercado consiste em uma série de medidas e ações governamentais que visam direcionar, monitorar e restringir o comportamento dos agentes econômicos atuantes no mercado. É possível aplicar essas medidas em setores variados, como finanças, saúde, energia, telecomunicações e transporte, entre outros, com o propósito de assegurar que as empresas atuem de forma competitiva, justa e em benefício da sociedade como um todo (STIGLITZ, 2015).

De acordo com Peltzman (1976), a regulação é fortemente influenciada pelos interesses políticos e pelos grupos de pressão presentes em diferentes setores econômicos. O autor argumenta que as agências reguladoras frequentemente são capturadas por esses grupos, o que pode resultar em políticas regulatórias que beneficiam mais as empresas do que os consumidores. Em contrapartida, Baumol (1977) destaca que as pressões da indústria podem influenciar a regulação, levando a políticas que favorecem as empresas em detrimento dos consumidores. Segundo o autor, os empresários muitas vezes se mobilizam para influenciar as

políticas regulatórias, o que pode gerar um aumento nos custos regulatórios e reduzir a eficiência econômica.

Segundo Cukierman (1982), a regulação pode gerar um aumento nos custos das empresas, sobretudo em setores com forte controle estatal, já que as empresas reguladas devem cumprir diversas exigências e padrões estipulados pelas agências reguladoras, resultando em um aumento de seus custos operacionais. Isso pode levar à transferência desses custos para os consumidores finais, acarretando um aumento nos preços de produtos e serviços regulados.

Além disso, essa transferência pode se dar de diversas maneiras, como através do aumento direto dos preços, redução na qualidade ou quantidade dos produtos ou até mesmo diminuição dos investimentos em inovação e aprimoramento da eficiência. O autor ainda ressalta que a regulação pode provocar uma redução na concorrência nos setores regulados, uma vez que as empresas incumbentes podem se beneficiar de barreiras à entrada de novas empresas, como exigências de licenciamento ou autorização prévia. Isso pode aumentar o poder de mercado das empresas reguladas, permitindo que elas cobrem preços mais elevados sem o risco de perderem clientes para concorrentes mais eficientes (CUKIERMAN, 1982).

Coase e Wang (2019) argumentam que a regulação de mercado pode ter efeitos indesejados, como aumento de custos e redução da eficiência, devendo ser limitada aos casos em que o mercado falha em produzir resultados desejáveis. Ademais, os autores enfatizam a necessidade de uma abordagem baseada em evidências empíricas e análises custo-benefício para avaliar a efetividade e os impactos da regulação, defendendo que a intervenção regulatória deve ser cuidadosamente avaliada em relação aos custos e benefícios envolvidos, garantindo que as ações regulatórias sejam efetivas e eficientes. Para tanto, a regulação deve ter objetivos claros e bem definidos e ser monitorada periodicamente para avaliar seus efeitos no mercado e na sociedade.

Por sua vez, Stigler (2018) acredita que a regulação de mercado deve ser baseada em incentivos para garantir a eficiência e o bem-estar dos consumidores. Ele ressalta que a regulação excessiva pode aumentar os custos das empresas, reduzir a inovação e prejudicar a dinâmica competitiva do mercado. O autor argumenta que a regulação deve incentivar as empresas a adotar práticas mais eficientes e benéficas para os consumidores, em vez de impor restrições e proibições. Portanto, a regulação deve ser baseada em incentivos, como prêmios e sanções, que estimulem as empresas a adotar práticas mais eficientes e benéficas para os consumidores. Além disso, é importante que a regulação seja orientada para incentivar a inovação e a competição, em vez de criar barreiras à entrada no mercado e favorecer as empresas estabelecidas.

### 3 REFLEXÃO INICIAL SOBRE INFLAÇÃO

A inflação pode ser compreendida como a taxa de aumento generalizada dos preços, considerando um determinado período de tempo. Assim, a inflação é utilizada para medir o aumento de forma geral dos preços e dos custos de vida de um país. Outrossim, ela representa o quão mais caro está um conjunto de bens ou serviços em uma sociedade, utilizando a média de um ano atrás (ONER, 2020).

Em outras palavras, Mata (2018) explica que a inflação é um fenômeno que ocorre quando há um crescimento na quantidade de moeda que não é proporcional à geração real de riqueza, seguindo a teoria quantitativa da moeda. Quando há uma grande expansão monetária, é comum que haja uma elevada taxa de inflação, enquanto períodos de baixo crescimento monetário tendem a apresentar níveis de inflação mais baixos.

Para Gutierrez (2004) a inflação é um fenômeno recorrente em quase todas as economias, especialmente naquelas em fase de desenvolvimento econômico, como o Brasil. Desse modo, há três formas mais reconhecidas para compreender o fenômeno inflacionário. A primeira é a inflação de demanda, quando há o excesso de demanda por parte do consumidor em relação aos bens e serviços ofertados no mercado. A segunda é determinada de inflação de custo, ocorrendo quando os custos de produção aumentam e conseqüentemente tem-se o aumento dos preços das matérias-primas. Por último, pontua-se a inflação psicológica, ocorrida quando os ofertantes e demandantes acreditam que haverá uma inflação futura, assim, os ofertantes aumentam os preços no presente e os demandantes consomem além do necessário.

Em relação às medidas de inflação, denominadas de índices de preço, são utilizados, no Brasil, alguns índices. A título de exemplo, tem-se o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), o qual objetiva mensurar as variações de preço no varejo de uma cesta composta por bens e serviços consumidos por uma família ao longo de um período de tempo específico. Dessa maneira, o IPC busca avaliar o poder de compra dos domicílios brasileiros (MATA, 2018).

O segundo é o Índice de Preços no Atacado (IPA), sendo empregado com a finalidade de compreender a flutuação dos preços de insumos, levando em consideração as matérias-primas e os produtos semiacabados. Desse modo, o IPA estará relacionado ao padrão dos custos, refletindo o comportamento do Índice de Preços no Consumidor (IPC) ao longo do tempo (MATA, 2018).

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) constitui-se em um indicador calculado mensalmente pelo IBGE, com o propósito de mensurar a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda média mensal entre 1 e 5 salários mínimos. O INPC tem como objetivo principal a correção do poder de compra dos salários, por meio da avaliação das alterações de preços dos itens presentes na cesta de consumo das famílias de menor renda assalariada. Essa faixa de renda foi estabelecida visando abranger 50% das famílias cujo provedor é assalariado e residem em áreas urbanas abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) (IBGE, 2023a).

O SNIPC produz continuamente e sistematicamente o IPCA, tendo como finalidade medir a inflação de um conjunto de produtos, bem como serviços em comercialização no varejo, referindo-se ao consumo pessoal das famílias. Essa faixa de renda foi estabelecida para abranger 90% das famílias residentes em áreas urbanas cobertas pelo SNIPC. O IPCA realiza a coleta de dados em estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, concessionárias de serviços públicos e internet, normalmente no período de 1º a 30 do mês de referência (IBGE, 2023b).

Em complemento, no Brasil, tem-se o Índice Geral de Preços (IGP), o qual é obtido por meio da média aritmética ponderada de três índices de preços: IPA, IPC e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Assim, esse indicador revela as fontes de pressão inflacionária e a evolução dos preços dos produtos e serviços mais relevantes para produtores, consumidores e setor da construção civil (FGV IBRE, 2021).

O Brasil adota também o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Município de São Paulo. Trata-se de um indicador tradicional que acompanha a evolução do custo de vida das famílias paulistanas, sendo um dos mais antigos do Brasil. Sua apuração teve início em janeiro de 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1968, a responsabilidade pelo cálculo foi transferida para o Instituto de Pesquisas Econômicas, ligado ao Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP). Posteriormente, em 1973, com a criação da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), essa tarefa foi atribuída à referida instituição. Desse modo, o IPC tem como objetivo estimar as variações do custo de vida das famílias com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos (FIPE, c2023).

#### **4 INFLUÊNCIAS DO DÓLAR NA ECONOMIA BRASILEIRA**

O dólar americano refere-se à moeda nacional do país Estados Unidos, sendo representado pelo símbolo USD ou US\$. Assim, o dólar é a moeda padrão mais utilizada

quando a temática são as transações econômicas internacionais. Além disso, vale ressaltar que o dólar é utilizado em muitos países junto à sua moeda oficial (CFI, 2022).

A influência do dólar na economia brasileira é um tema de grande importância para a compreensão do funcionamento do mercado cambial e suas implicações na economia do país. Segundo Dornbusch e Edwards (2018), a taxa de câmbio é um dos principais mecanismos de transmissão de choques externos para a economia brasileira, tendo em vista a grande importância do comércio exterior na estrutura produtiva do país.

Ainda segundo os autores acima, a valorização do dólar frente ao real pode ter efeitos significativos na economia brasileira, afetando tanto as exportações quanto as importações, bem como os preços internos de bens e serviços. Além disso, destaca-se que a valorização do dólar pode prejudicar a competitividade das exportações brasileiras no mercado internacional, o que leva à diminuição da demanda por produtos nacionais, impactando negativamente a balança comercial do país.

Além disso, a valorização do dólar pode aumentar os preços de bens importados, elevando a inflação e afetando negativamente o poder de compra dos consumidores. Como destacam Bacellar e Soares (2019), a elevação do dólar pode resultar em um acréscimo nos valores dos produtos importados, que desempenham papel crucial como insumos para a fabricação de uma variedade de bens e serviços, influenciando a concorrência das companhias nacionais e exercendo influência sobre o nível de preços da economia.

Por outro lado, a desvalorização do real frente ao dólar pode ter efeitos positivos para as exportações brasileiras, tornando os produtos nacionais mais competitivos no mercado internacional. No entanto, como alertam Dornbusch e Edwards (2018), a valorização excessiva do dólar pode levar a uma sobrevalorização do real, afetando negativamente a competitividade das empresas nacionais e a balança comercial.

Outro autor que defende a influência direta do dólar na economia brasileira é Lopes (2019), que destaca o papel da moeda norte-americana como referência para as transações comerciais e financeiras internacionais. De acordo com o autor, a variação do dólar em relação ao real pode afetar significativamente os preços de importação e exportação, bem como os fluxos de capital estrangeiro para o país. Além disso, Lopes ressalta a importância da política cambial brasileira na gestão da inflação e na promoção da competitividade da indústria nacional.

## 5 RELAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OFERTA E DEMANDA

Segundo Fernando (2021), a lei da oferta e da demanda pode ser caracterizada pela junção de dois princípios econômicos fundamentais da sociedade, as quais buscam descrever mudanças nos preços dos recursos, mercadorias ou produtos que afetam a demanda e a oferta do mercado. Assim, o autor destaca que a tendência econômica dos preços quando aumentam influenciam na queda da demanda. Já por outro lado, quando o preço sofre uma redução, a oferta sofre uma contração, aumentando, portanto, a demanda da mercadoria.

De acordo com Bimonte e Regoli (2018), a demanda pode ser entendida como a quantidade de bens e serviços que os consumidores estão dispostos e capazes de adquirir em um determinado momento e a um determinado preço. Já a oferta pode ser definida como a quantidade de bens e serviços que as empresas estão dispostas e capazes de produzir e vender em um determinado momento e a um determinado preço. Segundo os autores, a interação entre a demanda e a oferta é o que determina o preço de mercado de um bem ou serviço.

Eastin e Arbogast (2011) complementam que a demanda e a oferta é um tema de estudo da microeconomia, a qual busca compreender a forma que os compradores e os vendedores interagem para determinar os preços e as quantidades das mercadorias disponíveis para transações.

Já a oferta para os autores consiste na capacidade dos fornecedores apresentarem os seus produtos no mercado. Sendo assim, os custos e o lucro do fornecedor serão influenciados pela produção da mercadoria, o qual no mundo real é determinado pela quantidade do estoque empresarial. Portanto, quando o estoque for menor do que o desejado a tendência é o aumento dos custos de produção, levando a um aumento adicional do preço (WHELAN; MSEFER, 2003).

Outra perspectiva apresentada é do economista britânico Marshall (1890), o qual desenvolveu uma teoria entre oferta e demanda que coloca a mercadoria no centro do sistema econômico. Segundo Marshall, a oferta e a demanda de uma mercadoria determinam seu preço, que é o ponto de equilíbrio entre a quantidade que os consumidores desejam comprar e a quantidade que os produtores estão dispostos a vender.

Abreu (2019) destaca que a demanda e a oferta são influenciadas por diversos fatores, como a renda dos consumidores, as preferências individuais, o nível de concorrência no mercado e as políticas governamentais. Segundo o autor, esses fatores podem afetar tanto a quantidade demandada e ofertada quanto o preço de mercado de um bem ou serviço.



Deaton (2020), outro autor relevante nesse tema, enfatiza a importância da demanda na determinação dos preços de mercado. Ele argumenta que "os preços são determinados pela interação entre a demanda e a oferta, mas a demanda é geralmente mais importante" (DEATON, 2020, p. 10). Além disso, o autor destaca que a demanda pode ser influenciada por fatores culturais, sociais e psicológicos, que afetam as escolhas e as preferências dos consumidores.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente artigo baseia-se na pesquisa bibliográfica, a qual pode ser compreendida como uma vantagem que o pesquisador possui em relação ao fenômeno estudado, dado que ela consegue compreender o seu objeto de estudo de forma ampla. Desse modo, utilizou-se, para a composição dessa metodologia, livros, relatórios e trabalhos acadêmicos diversos, a fim de sustentar o fenômeno estudado (GIL, 2008).

Ademais, utilizou-se a abordagem de pesquisa exploratória, uma vez que esta demanda uma imersão do pesquisador em seu objeto de estudo, alicerçando-se em hipóteses e investigações. Essa metodologia visa coletar informações detalhadas para analisá-las e documentá-las, com o intuito de compreender de forma aprofundada os cenários apresentados nos estudos (GIL, 2019).

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A formação de preços é um processo complexo que envolve diversos fatores, desde a oferta e demanda até questões relacionadas à regulação de mercado. Segundo Mankiw e Taylor (2020), a teoria econômica nos ensina que o preço de um bem ou serviço é determinado pela interação entre a oferta e a demanda, ou seja, quanto maior a demanda e menor a oferta, maior será o preço e vice-versa. No entanto, outros fatores podem influenciar a formação de preços, como a elasticidade da demanda e da oferta, os custos de produção e a concorrência no mercado.

Um dos fatores que podem influenciar a formação de preços é a elasticidade da demanda e da oferta. Para Motta e Vasconcellos (2018), a elasticidade da demanda indica o quanto a quantidade demandada de um bem ou serviço se altera em função da variação de preço. Já a elasticidade da oferta indica o quanto a quantidade ofertada se altera em função da variação de preço. Se a demanda por um bem ou serviço for elástica, ou seja, uma pequena variação no preço pode causar uma grande variação na quantidade demandada, isso pode afetar a formação de preços de maneira significativa.

Outro fator que pode influenciar a formação de preços é o custo de produção. Como afirmam Varian e Farrell (2018), o custo de produção é um dos principais determinantes da oferta de um bem ou serviço, ou seja, quanto maior o custo de produção, menor será a quantidade ofertada e vice-versa. Além disso, os custos de produção podem influenciar a estratégia de preços das empresas, que podem optar por repassar ou não os custos para os consumidores. Em complemento, Blinder e Solow (2019) destacam que os custos dos insumos também afetam a formação de preços das mercadorias, uma vez que influenciam os custos de produção e, conseqüentemente, a oferta de bens e serviços.

Outrossim, a concorrência no mercado é outro fator importante na formação de preços. Segundo Porter (2019), a concorrência pode ser definida como a interação entre empresas que disputam a preferência dos consumidores por meio de preços, qualidade, *marketing* e outros fatores. Em mercados mais competitivos, a formação de preços tende a ser mais eficiente e refletir de maneira mais precisa os custos e demanda.

Já a regulação de mercado também pode influenciar a formação de preços. Como afirmam Hovenkamp et al. (2021), a regulação de mercado pode afetar a concorrência, a qualidade e a segurança dos produtos, bem como a proteção dos consumidores. Por exemplo, regulações que limitam a entrada de novos concorrentes podem afetar a formação de preços de maneira significativa, assim como regulações que impõem preços mínimos ou máximos para determinados produtos ou serviços.

A inflação também é um fator que pode influenciar a formação de preços. Segundo Blanchard e Johnson (2018), a inflação pode afetar os custos de produção das empresas e, conseqüentemente, a oferta de bens e serviços. Além disso, a inflação pode afetar a demanda dos consumidores, que podem optar por adiar a compra de determinados bens.

Além desses fatores, as políticas governamentais também desempenham um papel importante na determinação dos preços de mercado. De acordo com Stiglitz e Rosengard (2020), as políticas fiscais e monetárias podem afetar tanto a oferta quanto a demanda, afetando os preços de mercado. Por exemplo, uma política fiscal expansionista pode aumentar a demanda e os preços, enquanto uma política monetária contracionista pode reduzir a demanda e os preços.

Segundo o Senado Federal (2021), a política monetária corresponde ao conjunto de decisões mediante as quais os poderes governamentais e suas entidades (em particular, os bancos centrais) gerenciam o suprimento e a cotação monetária na economia, e, por conseguinte, influenciam nos índices de inflação e desemprego. Para tanto, a política monetária lança mão de diversas técnicas de intervenção, tais como o controle da taxa de juros por meio

da estipulação das taxas de redesconto incidentes sobre os títulos apresentados pelos bancos, a regulação das transações de mercado aberto, assim como a imposição às instituições bancárias do regime de reservas compulsórias (depósitos compulsórios) com o propósito de assegurar a liquidez do sistema bancário.

No contexto brasileiro, é primordial para o Banco Central (BC) manter a inflação sob controle, em conformidade com a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Preservar a estabilidade dos preços é essencial para salvaguardar o valor da moeda e garantir o poder de compra. Com o intuito de alcançar tal objetivo, o BC emprega a política monetária, a qual engloba medidas adotadas para influenciar o custo do dinheiro (taxas de juros) e a quantidade de dinheiro em circulação na economia (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Ademais, a taxa Selic, deliberada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), constitui o principal instrumento de política monetária empregado pelo Banco Central (BC). É pertinente ressaltar que a taxa Selic exerce influência sobre as demais taxas de juros vigentes na economia e opera por meio de múltiplos canais que afetam o comportamento da inflação (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023). Assim, manter a taxa de inflação em patamares baixos, estáveis e previsíveis representa a maior contribuição que a política monetária do BC pode oferecer ao crescimento econômico sustentável e ao aprimoramento das condições de vida da população. O progresso de uma economia está sujeito a uma série de fatores que escapam ao controle dos bancos centrais, tais como o aumento da produtividade. Contudo, uma inflação elevada, volátil ou imprevisível prejudica o crescimento econômico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2023).

Segundo Brasil (2020), no que tange à política fiscal, esta representa o conjunto de medidas por meio das quais o Governo obtém receitas e realiza despesas com o propósito de cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição de renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste em promover um crescimento econômico sustentável, caracterizado por baixos índices de desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva busca garantir uma distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa visa fornecer de forma eficiente bens e serviços públicos, corrigindo as falhas do mercado.

Em complemento, no Brasil, a política fiscal é conduzida em consonância com a responsabilidade fiscal. O uso equilibrado dos recursos públicos tem como objetivo a redução gradual da dívida líquida em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), contribuindo assim para a estabilidade, o crescimento e o desenvolvimento econômico do país. De maneira mais específica, a política fiscal busca promover a geração de empregos, o aumento dos

investimentos públicos e a expansão da rede de proteção social, com ênfase na redução da pobreza e da desigualdade (BRASIL, 2020).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, foi possível identificar que a variação dos preços das mercadorias e serviços é um fenômeno complexo e influenciado por diversos fatores interdependentes. Nesse contexto, a inflação, a demanda e oferta, os custos de produção, a variação do dólar na economia e os fatores climáticos (sazonalidade) são alguns dos principais determinantes da formação dos preços que a literatura apontou.

A inflação, por exemplo, pode gerar pressão nos preços, elevando-os em decorrência da perda do poder de compra da moeda. Já a relação entre oferta e demanda pode impactar diretamente na formação de preços de um produto ou serviço. Custos de produção também exercem forte influência sobre a precificação, pois impactam diretamente na margem de lucro do produtor. Já a variação do dólar, por sua vez, é outro fator importante na formação dos preços de mercadorias importadas, uma vez que sua valorização ou desvalorização afeta diretamente o custo desses produtos. Além disso, os fatores climáticos também influenciam a formação dos preços, pois podem gerar variações sazonais na produção agrícola, por exemplo, o que pode impactar na oferta e, conseqüentemente, no preço dos alimentos.

Diante desse cenário, é importante que gestores, pesquisadores e demais interessados no tema estejam atentos a esses fatores e aos seus impactos na formação de preços. A compreensão dessas variáveis pode contribuir para a tomada de decisões mais assertivas e para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes na precificação de produtos e serviços. Nesse sentido, estudos como esses podem fornecer importantes subsídios para a compreensão e análise do mercado e da economia em geral.

## REFERÊNCIAS

ABREU, L. S. de. **Introdução à Economia**: princípios e aplicações. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BACELLAR, C. de S.; SOARES, J. F. O impacto do dólar sobre a economia brasileira. **Revista de Economia e Administração**, 18(4), 409-422, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política monetária**. BCB. 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

BAUMOL, W. J. On the proper cost tests for natural monopoly in a multiproduct industry. **The American economic review**, v. 67, n. 5, p. 809-822, 1977.

BIMONTE, G; REGOLII, A. Análise da demanda e da oferta. In: FERRARESI, Vincenzo; GIL-IZQUIERDO, María; RIBEIRO, Cássio Frederico Camargo. **Economia: teoria e aplicação**. São Paulo: Cengage Learning. p. 71-99, 2018.

BLANCHARD, O.; JOHNSON, D. R. **Macroeconomia**. Pearson Brasil, 2018.

BLINDER, A. S.; SOLOW, R. M. **Macroeconomia: princípios e políticas**. Cengage Learning, 2019.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Sobre Política Fiscal**. Tesouro Nacional. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/sobre-politica-fiscal>. Acesso em: 29 maio 2023.

CFI. United States Dollar (USD) - **The national currency of the U.S.** 2022. Disponível em: <https://corporatefinanceinstitute.com/resources/foreign-exchange/united-states-dollar-usd/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CNN BRASIL. **Índice mundial de preços de alimentos atinge nível mais alto desde 2011, diz FAO** - Publicado em: 03 de jun 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/indice-mundial-de-precos-dos-alimentos-atinge-nivel-mais-alto-desde-2011/>. Acesso em: 23 de jan 2022.

COASE, R. H.; WANG, N. The optimal level of regulation: A review of the last forty years of research. **Journal of Economic Literature**, 57(1), 5-60, 2019.

CUKIERMAN, A. Regulação e economia política da política regulatória. **Public Choice**, 39(1), 89-110, 1982.

DEATON, A. A. Demanda e a oferta de bens, serviços e ativos. In: **O Grande Livro da Economia**. São Paulo: Globo Livros, 2020. p. 10-15.

DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S.A. **Macroeconomia do Populismo**. NBER Working Paper, 24203, 2018.

EASTIN, J.; ARBOGAST, D. Supply and demand. In: **Microeconomics**. Boston: Pearson. p. 29-58, 2011.

FERNANDO, J. **Law of Supply and Demand in Economics: How It Works**. 2021. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/l/law-of-supply-demand.asp>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FGV IBRE. **IGP - Índice Geral de Preços**. Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE). 2021. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/quem-somos>. Acesso em: 03 jun. 2023.

FIPE. **IPC - Índice de Preços ao Consumidor**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. c2023. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/#indice-quadrisesemanal>. Acesso em: 02 jun. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GUTIERRES, A.C. O que é inflação. **Revista Eletrônica de Administração**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2004.

HOVENKAMP, H.; JANIS, M. D.; SCHWARCZ, S. L. **Fundamentos de Direito Antitruste**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

IBGE. **INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 03 jun. 2023.

IBGE. **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2023b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: 02 jun. 2023.

KNOTH, P. **Consoles estão 17% mais caros em 2021, com alta na inflação**. Publicado em: 08 out 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/consoles-estao-17-mais-caros-em-2021-com-alta-na-inflacao,a188ef1641078c21ff91cb82d24b3030a23a3c8w.html#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20IBGE,%2C%20de%2017%2C05%25>. Acesso em: 23 de jan 2022.

LOPES, T. A. A. influência do dólar na economia brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 73, n. 4, p. 409-426, 2019.

MANKIW, N. G.; TAYLOR, M. P. **Economia**. Cengage Learning, 2020.

MARSHALL, A. **Principles of Economics**. Prometheus Books, 1890.

MATA, H.T. da C. **Macroeconomia**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28122/1/Macroeconomia.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

MENDONÇA, F. **Agências Reguladoras: A regulação econômica na atual ordem constitucional brasileira: Regulação econômica; Direito; Agências**. Fabiano Mendonça, 2015.

MOTTA, M. A.; VASCONCELLOS, M. A. **Microeconomia**. Elsevier Brasil, 2018.

ONER, C. **Inflation: Prices on the rise**. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/fandd/issues/Series/Back-to-Basics/Inflation>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PELTZMAN, S. Toward a more general theory of regulation. **The Journal of Law and Economics**, v. 19, n. 2, p. 211-240, 1976.

PORTER, M. **Estratégia Competitiva: Técnicas para Análise de Indústrias e da Concorrência**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

SALGADO, L. H. **Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional**. 2003. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2859/1/TD\\_941.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2859/1/TD_941.pdf). Acesso em: 21 mar. 2023.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. **Economía**. AMGH Editora, 2012.

SENADO FEDERAL. **Política monetária**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/guia-de-economia/politica-monetaria>. Acesso em: 03 jun. 2023.

STIGLER, G. J. The theory of economic regulation. In G. J. STIGLER, **The Theory of Economic Regulation** (pp. 1-54). University of Chicago Press, 2018.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. Editora Paralela, 2015.

STIGLITZ, J. E.; ROSENGARD, J. K. **Economia do setor público**. Elsevier Brasil, 2020.

VARIAN, H. R.; FARRELL, J. **Microeconomia intermediária**. Elsevier Brasil, 2018.

WHELAN, T. A.; MSEFER, A. F. Teoria da oferta e demanda: uma abordagem econômica. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA, 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <http://www.anais.usp.br/index.php/semead/article/view/1522>. Acesso em: 21 fev. 2023.